

Como será o expurgo

O aumento dos preços da gasolina, açúcar e trigo não será computado nos índices que medem a inflação e regulam salários, aluguéis e prestações do BNH.

O governo não permitirá que os aumentos de preços decorrentes da retirada de subsídios, dos reajustes dos derivados de petróleo e das recentes enchentes sejam repassados para os diversos índices oficiais de correção que existem na economia. A decisão já foi adotada segundo informações prestadas ontem ao JT e a O Estado por alta fonte oficial de Brasília.

Ainda segundo a mesma fonte, o governo examinou todas as sugestões que lhe foram encaminhadas e finalmente optou pelo expurgo geral de todos os índices. Assim, os aumentos de preços causados pelas recentes medidas econômicas no açúcar, no trigo e derivados de petróleo, na prática, não serão considerados nos cálculos do Índice Geral de Preços, do Índice de Preços por Atacado, do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da correção monetária e correção cambial.

Esse expurgo, que incidirá na fonte, afetando rendimentos de aplicações financeiras, correção de prestações de dívidas regidas pela correção monetária e reajustes salariais, não representaria, porém uma, desindexação da economia. Para a fonte oficial de Brasília, o expurgo não corresponderá também a uma redução espetacular dos índices, que apresentarão apenas uma pequena defasagem em relação ao que deveriam atingir normalmente.

Nos próximos dias, garantiu a mesma fonte, será divulgada a metodologia a ser utilizada para a aplicação desse expurgo, e seu grau de intensidade. Paralelamente, será estabelecida uma lista de todos os produtos cujos preços foram afetados pela retirada

de subsídios, pelas enchentes e pelos reajustes dos derivados.

Os compromissos

O expurgo, que na prática corresponde a uma desindexação parcial, não impedirá, como garantiu a fonte oficial, que o governo cumpra o compromisso de manter nos mesmos níveis a correção monetária, cambial e Índice Geral de Preços. A manutenção dessa paridade só é possível porque as autoridades econômicas estariam seguras de que o expurgo não terá dimensões exageradas.

O governo, como garantiu a fonte oficial, está convencido de que medida como essa, de expurgar índices, é universalmente justa. Por outro lado, o governo espera que, ao evitar o repasse automático dos aumentos de preços provocados pelos fatores já mencionados sobre os índices oficiais, estará criando condições para viabilizar o recente "pacote" de medidas econômicas. Essas medidas, adotadas na semana passada, objetivavam principalmente conter o déficit público e, assim, diminuir as pressões inflacionárias.

Os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e Leito de Abreu, do Gabinete Civil, que constavam da comitiva que acompanhou o presidente Figueiredo em sua viagem a São Paulo, permaneceram em Brasília, ultimando as medidas complementares ao pacote. Segundo informou ontem o porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, essas medidas deverão ser anunciadas nesta segunda-feira, mas ele não quis adiantar nenhum pormenor em relação aos novos atos.